

Título:**O lugar das idéias e identidades de cor/raça entre vestibulandos do Rio de Janeiro****Autora: Carmem Sílvia Moretzsohn Rocha (doutoranda PPCIS-UERJ/Professora Substituta IFRJ-Maracanã/Professora rede estadual de ensino do Rio de Janeiro)****Orientadora: Profª Drª Marcia de Vasconcelos Contins Gonçalves (PPCIS-UERJ)****RESUMO**

A inserção das ações afirmativas para negros nos concursos vestibulares introduziu institucionalmente a questão da identidade de cor/raça no campo das escolhas dos vestibulandos, assim como exacerbou o debate em todas as esferas sociais. O presente trabalho representa o atual estágio de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que, por sua vez, é o desdobramento de minha dissertação de mestrado intitulada "Classificação étnico-racial e ações afirmativas no contexto do vestibular". O debate acirrado em torno das chamadas cotas raciais permite-nos dizer que, num contexto social onde as políticas de identidades vêm ganhando crescente destaque, as posições "a favor" e "contra" constituem, muitas vezes, tipos de identidade. Considerando o complexo amálgama de identidades que se constroem e desconstroem em profícuos diálogos, encontros e desencontros permeados por relações sociais de poder, pretendemos focar as diversas identidades de cor/raça e as possibilidades de articulações entre posicionamentos favoráveis ou contrários às ações afirmativas para negros, a fim de analisar suas peculiaridades a partir dos diversos pressupostos teóricos vigentes no tema das relações raciais no âmbito dos concursos vestibulares.

Palavras-chave: Identidades. Relações Étnico-Raciais. Ações afirmativas. Educação.

Introdução

Em 1992 foi realizado um trabalho pioneiro de elaboração, planejamento e execução do primeiro núcleo pré-vestibular para negros em Salvador, na Bahia. Essa iniciativa partiu da cooperativa educacional Steve Biko que se baseou em discussões realizadas por diferentes entidades que trabalhavam com a juventude negra da periferia de Salvador. Em 1993, no Rio de Janeiro, influenciado pelo sucesso da experiência baiana e de outras experiências como a Mangueira Vestibulares e o vestibular do Sintuferf (Sindicato de Funcionários da UFRJ) foi gerado o primeiro pré-vestibular para negros e carentes, o PVNC carioca em São João de Meriti (CANDAU, V. M., 2004, p.88).

Em 1995, por intermédio da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Frei Davi solicitou apoio à PUC-Rio. Dessa forma, nasceu o Programa de Bolsas de Ação Social, que passou a contemplar com bolsas de estudos os alunos oriundos dos pré-vestibulares comunitários aprovados no vestibular dessa instituição.

Como prolongamento dos PVNC, Frei Davi criou uma nova organização em 1997, a Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes. Todas essas organizações foram motivadas pela constatação da baixa qualidade do ensino médio na maioria das escolas públicas frequentadas por um grande contingente de população negra, o baixíssimo índice de universitários brasileiros negros e pela intenção de modificar esse quadro social.

Entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001 foi realizada a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul, onde foram estabelecidas orientações universais referentes às desigualdades sociais. A implementação de ações afirmativas para negros nas universidades brasileiras estão inseridas em um contexto internacional de esforço de reparação referente às populações em situação de desigualdade.

Em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado do Norte Fluminense foram pioneiras na adoção do sistema de cotas para negros em seus concursos vestibulares. Esse fato reverberou na mídia brasileira e passou a integrar um polêmico debate de forma contundente nos mais variados setores da sociedade e no senso comum, em geral.

Atualmente, são cento e quarenta e oito as instituições públicas de ensino superior do País que adotam algum tipo de cota em seus processos seletivos. A maioria das políticas de reserva de vagas identificadas é socioeconômica, mas uma parte é especialmente para negros. O levantamento, obtido com exclusividade pelo Jornal Estado de São Paulo, foi feito pela Educafro e publicado recentemente, no dia 17 de julho de 2010.

Enquanto o projeto que prevê 50% das vagas para alunos de escolas públicas e para negros tramita no Congresso, as universidades têm autonomia para criar seus próprios sistemas de cotas. Entre os vários tipos de ações há reserva de vagas para negros, quilombolas, indígenas, ex-alunos de escola pública, pessoas com deficiência, filhos de policiais mortos em serviço, estudantes com baixa renda familiar, professores da rede pública e residentes da cidade onde se localiza a instituição. O aumento de nota nas provas de seleção para determinados grupos também é considerado em grande parte das universidades públicas.

Há uma grande variedade na forma em que as ações afirmativas são aplicadas. No entanto, é possível dividir em três tipos principais, a saber: as chamadas cotas raciais, consistem em reservar parte das vagas para candidatos que sejam afrodescendentes ou indígenas, por exemplo; as cotas sociais, para alunos formados em escolas públicas, pessoas com algum tipo de deficiência, estudantes com baixa renda familiar ou professores da rede pública, entre outros; e o sistema de bônus, onde há acréscimo de pontos, por meio de valores fixos ou de porcentagens, na nota do vestibular de candidatos de determinadas condições sociais.

Antecedentes da pesquisa

Em 2007, ingressei no curso de mestrado da UERJ com a intenção de investigar a relação entre as ações afirmativas e as identidades de cor/raça. Como metodologia, utilizei os recursos quantitativos como: elaboração e aplicação de questionários, criação de um banco de dados no programa de computador do tipo científico, SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*, cuja tradução é: “pacote estatístico para as ciências sociais”) e sua análise, e também a abordagem qualitativa que se constituiu de um processo de observação participante e elaboração, realização, transcrição e análise de entrevistas.

A população estudada era constituída por estudantes do cursinho pré-vestibular Grupo Perspectiva Integral (GPI), o mesmo que eu havia frequentado como aluna em 2001 e que fez quarenta anos de atividade em 2008. Busquei acessar o ponto de vista dos vestibulandos, seus significados e associações acerca de suas próprias identidades étnicas e raciais, bem como as suas opiniões e “sentimentos” sobre a questão racial no Brasil. Pesquisei, em especial, as opiniões desses alunos referentes às ações afirmativas no contexto da educação superior através da relação entre “quem sou eu” e “qual é a minha cor/raça” neste universo. Para tanto, foram aplicados cento e vinte e um questionários e realizadas doze entrevistas. O objetivo não era estabelecer uma relação direta e causal entre as ações afirmativas e as identidades de cor/raça e, sim, traçar um perfil geral da população estudada, analisando diversos elementos referentes às categorias de cor/raça, opiniões e “sentimentos” acerca das ações afirmativas, do racismo e das expectativas profissionais dos vestibulandos.¹

Em minha pesquisa de mestrado, a população em foco significava uma parcela privilegiada da população brasileira, já que estavam em condições de cursar e pagar por um curso pré-vestibular voltado para as camadas médias cariocas. Percebi alguns dados interessantes como, por exemplo, o fato dos grupos de “amarelos” e “indígenas” estarem super-representados em relação à população brasileira em geral.

Em relação ao tema da cor/raça, podemos destacar o fato de que as pessoas que se classificaram como “negro”, “crioula”, “negra (afro-brasileira) na questão aberta sobre cor/raça, não se classificaram como de cor/raça “preta” na questão fechada cujas opções eram as mesmas do IBGE (“branca”, “preta”, “parda”, “amarela”, “indígena”). Outro ponto a ser destacado é que, embora 2,5% dos respondentes tenham se classificado como de cor/raça “preta” na questão fechada, ninguém se classificou desta forma na questão aberta. Minha interpretação é que o motivo para este resultado é o fato de o termo para se referir a cor/raça “preta” carregar um tom pejorativo em nossa cultura.

¹ No momento, trabalho como professora no ensino médio e convivo com adolescentes que comumente se expressam acerca das ações afirmativas, o que considero uma observação participante não formalizada. Recentemente, testemunhei o seguinte evento: uma aluna indignada e contrária às cotas para negros e que se autocalifica como negra, bradou ao colega: “o negro não é menos inteligente! Como você se sente, como branco, ao ver sua vaga sendo tomada por alguém que tirou uma nota muito mais baixa que você, hein?!” É importante ressaltar que ela questionou dessa forma seu colega “branco”, favorável ao sistema de cotas para negros.

Notei, ainda, que apenas uma pessoa se classificou como “morena (indígena)” na pergunta aberta, porém na questão fechada, quaduplicou-se o número de pessoas que optaram pela cor/raça “indígena” o que nos leva a crer que a questão fechada induz a este tipo de escolha mais do que a aberta. Concluímos que, enquanto os negros mostram uma tendência negativa a se enquadrarem na categoria de cor/raça “preta”, os indígenas manifestaram forte tendência positiva a optarem pela categoria “indígena” quando ela se apresentou como uma alternativa válida para cor/raça.

Nos depoimentos dos entrevistados, notamos que os “brancos” manifestaram um tom de crítica às perguntas referentes à relevância de suas identidades de cor/raça, comportamento não identificado nas alunas que se autotransclassificaram como “morenas” na questão aberta e “pardas” na fechada nem tampouco no estudante que se autotransclassificou como “negro” na questão aberta, “preto” na fechada. Um aspecto recorrente nas entrevistas foi se referir aos ascendentes “não-brancos” como “indígenas” ou “negros” de forma distanciada como, por exemplo, “uma índia” ou “um negro” para parentes relativos à “avó” ou “avô” em contraposição aos ascendentes “brancos”, referidos como “meu bisavô”, “meu avô”, “minha avó”. Uma variante encontrada foi em relação a duas entrevistadas que se autotransclassificaram como “morena” e “parda”. A primeira relacionava sua identidade de cor/raça ao “racismo”, portanto, um sentimento negativo e a outra relacionou sua cor/raça à beleza, um sentimento positivo.

Em relação às ações afirmativas, constatamos que, na verdade, o peso maior para a opinião dos respondentes que se disseram contra as cotas em geral, está na oposição a cotas para negros onde os números para este quesito foram 84,4% brancos, 72,7% pardos e 66,7% pretos. É interessante notar que, assim como na noção de *continuum de cor*, os pardos se encontram entre os brancos e os pretos nos números apresentados. Do total dos respondentes, 80,9% são contra as cotas para negros, 13,9% a favor e 5,2% não têm opinião formada. Nas entrevistas, encontramos um paradoxo recorrente. A concepção arraigada de que “somos todos iguais” como algo estabelecido, é típico do paradigma de justiça “redistributivo ou igualitário” e convive com o modelo das “políticas de reconhecimento” ao defender a idéia de igualdade como utopia, como ideal a ser conquistado. Observamos uma inversão em relação aos reais privilegiados em nossa sociedade, pois, para muitos, as ações afirmativas constituem “injustiça”, atribuindo a idéia de “privilégio” para o

indivíduo que se candidata ao sistema de cotas e não para os grupos que historicamente detêm posições de vantagem na estrutura social.

No quarto e último capítulo apresentamos e analisamos cada um dos “tipos” de manifestação de preconceito citados pelos respondentes que foram os seguintes: “brincadeiras”; “discriminação racial na escola”; “judaísmo, preconceito contra judeu”; “na escola”; “na rua”; “pela minha cor”; “por ser judeu”; “tons pejorativos pra designar a religião”.

O caso de Daniel fecha a dissertação de maneira peculiar, pois me mostrou a viabilidade de dar continuidade à investigação sobre a relação entre as ações afirmativas e as identidades ao manifestar claramente o seu desejo de ingressar na universidade a fim de contribuir para a mudança do atual *status quo* de desigualdade entre negros e brancos. Com relação à sua identidade de cor/raça, existe uma oscilação entre afirmá-la ou negá-la dependendo da forma como as questões são apresentadas para ele.

Foi interessante observar que todos os meus doze entrevistados fizeram questão de negar que as ações afirmativas pudessem ter qualquer influência em suas variadas identidades de cor/raça. Somente Daniel que se autotransformou como “negro” na questão aberta, “preto” na fechada e de origem “africana” afirmou que pretendia ingressar na universidade e contribuir para mudar a situação de desigualdade racial na sociedade brasileira. No entanto, mesmo no caso de Daniel, observei ambiguidade em seu depoimento quando, por exemplo, afirmou que não fazia questão de dizer que era negro e também de dizer que não era.

A pesquisa: problemas e hipóteses

O debate acirrado em torno das chamadas cotas raciais permite-nos dizer que, num contexto social onde as políticas de identidades vêm ganhando crescente destaque, as posições “a favor” e “contra” passam a constituir, igualmente, “tipos de identidade”. Castells classifica três formas e origens de construção de identidades, a saber:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais,... ; *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas...; *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer

tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2006, p. 24).

Nesse universo, considero como hipótese primordial que as posições binárias e opostas “a favor” e “contra” às chamadas cotas raciais constituem uma “identidade de projeto”, na medida em que se referem a um posicionamento político acerca do tema, mesmo que não engajado, porém, em consonância ou não com projetos políticos como, por exemplo, o do movimento negro. Embora as ações afirmativas para negros nas universidades seja um tema recente, polêmico e extremamente complexo, dificilmente encontramos alguém que não seja “a favor” ou “contra”. Ao contrário, é comum observarmos um rápido posicionamento em um dos lados.

No documento “Cento e Treze Cidadãos Anti-Racistas contra as Leis Raciais”, lê-se:

Nós, intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, dirigimo-nos respeitosamente aos Juízes da corte mais alta, que recebeu do povo constituinte a prerrogativa de guardião da Constituição, para oferecer argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República.

Na resposta a este documento, no “Manifesto em Defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas – 120 Anos da Luta pela Igualdade Racial no Brasil”, temos:

A posição que sustentamos no presente Manifesto tem como premissa a valorização da diversidade racial e social na produção e na disseminação das idéias. Este é um dos motivos que justifica a defesa das cotas e de outras modalidades de ação afirmativa.

Fraser (2002) observa que existem no mundo contemporâneo dois tipos de reivindicação por justiça social e que estão em consonância com a construção das identidades. O primeiro, conhecido como universalismo, é redistributivo ou igualitário, não considera as identidades como significativas e existe há mais de cento e cinquenta anos. Esse primeiro modelo conceitual é considerado por seus opositores como imbuído de um caráter neutro que invisibiliza (*gender/colour blindness*) as diferenças e se apóia num modelo de indivíduo branco, do sexo masculino, ocidental e heterossexual e não deixa espaço para as lutas específicas de certos grupos em desvantagem no seu contexto social. Críticos do Universalismo

afirmam que por ser uma doutrina que prioriza o geral em detrimento do particular, produz e reifica as desigualdades sociais. Em resposta a este efeito, os grupos sociais em desvantagem têm clamado por uma cidadania que permita a construção de sociedades mais inclusivas. O conceito de classe social como modelo explicativo predominante para a compreensão das desigualdades entrou em declínio para dar espaço aos conceitos de gênero, raça, etnia e sexualidade implícitos a alguns dos movimentos sociais da atualidade.

O segundo tipo reivindicativo, que traz como um de seus pilares fundamentais o feminismo, é o multiculturalismo ou “políticas de reconhecimento”, ou ainda, “políticas das identidades”, movimentos sociais que lutam para que as diferenças sejam mais aceitas e respeitadas. Em relação à “identidade étnica” Cardoso de Oliveira (1976) ressalta alguns aspectos fundamentais. Em primeiro lugar ela é bidimensional por conter duas dimensões, a individual e a coletiva. Em segundo, é relacional, ou seja, depende de outra para se definir. Em terceiro, é contrastiva, pois surge por oposição à outra identidade. Finalmente, o autor destaca o aspecto manipulativo: “a identificação étnica alcançada por manipulações de regras sociais é um fenômeno mais geral do que se poderia imaginar no quadro das relações entre índios e brancos” (p. 17).²

² Por detrás de uma tentativa de aproximar o “multiculturalismo” ao “nazismo”, um dos principais argumentos contrários às cotas esconde uma ferrenha defesa do universalismo, por sua vez, atrelada aos ideais de nação e liberalismo. Magnoli escreve: “O ‘racismo científico’ plantou as raças no solo da natureza, definindo-as como famílias humanas separadas pelas suas essências biológicas. Quando a ciência desmoralizou essa crença anacrônica, o multiculturalismo replantou as raças no solo da cultura. O argumento dos multiculturalistas, expresso sob formas diversas mas bastante similares, é que as raças são entidades sociais e culturais. Com base nisso, a política das raças, que parecia condenada a desaparecer na hora da abertura dos campos de extermínio nazistas, ressurgiu triunfante nos mais diferentes pontos do planeta” (MAGNOLI, 2009, p. 15).

Magnoli, sociólogo e doutor em Geografia Humana, parece ignorar peremptoriamente toda a literatura referente às desigualdades raciais, às conquistas do movimento negro e até mesmo a História do Brasil ao afirmar: “(...) em nome do multiculturalismo, o governo de Fernando Henrique Cardoso ensaiou dividir os cidadãos em ‘brancos’ e ‘negros’ e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva patrocinou a introdução das primeiras leis raciais da história brasileira” (MAGNOLI, 2009, p. 16).

Frei Davi, em contrapartida, nos fala da exclusão através de “sete atos oficiais que decretaram a marginalização do negro no Brasil”: 1º) implantação da escravidão; 2º) proibição de frequentar a escola; 3º) a Lei da Terra, cujo objetivo era impedir que os negros adquirissem terras; 4º) a guerra do Paraguai, como um dos instrumentos para reduzir a população negra; 5º) a Lei do Ventre Livre, que separava as crianças dos seus pais, a fim de desestruturar a família; 6º) A Lei do Sexagenário que, ao alforriar o escravo idoso o deixava a própria sorte sem condições de sobrevivência; 7º) Finalmente, no dia 28 de junho de 1890, o governo busca impedir que os negros ocupem as vagas na indústria nascente através de uma maciça imigração europeia de trabalhadores que ocupou o espaço virtual da população negra no país (SANTOS, D. R. dos., 2004, p.175-186).

O debate está posto. A insistência na oposição “a favor” ou “contra” o sistema de cotas ou a “existência” ou “inexistência” da “raça” ou, ainda, as tentativas de acusações de “racismo” por todos os lados ofuscam, a meu ver, uma reflexão mais aprofundada das questões envolvidas. Defendo que o caráter polêmico, inerente às questões em voga, deve persistir através da pesquisa e de questionamentos, ao invés de abraçar afirmações categóricas. Aqui é importante lembrar as distinções weberianas entre ciência e política, apesar da dificuldade referente ao tema.

Considerações Finais

A pergunta fundamental que inspira meu trabalho é: se a identidade de cor/raça não é suficiente para determinar uma posição favorável ou contrária às cotas raciais, quais seriam os elementos que compõem este perfil? Minhas hipóteses iniciais são de que, em primeiro lugar, a opção contrária às cotas constituirá a maioria da população estudada, atravessando distinções tanto de classe quanto de cor/raça por integrar o projeto universalista mais amplamente difundido nos diversos grupos sociais. Em segundo lugar, o apelo à inserção do jovem no grupo social através da entrada no ensino superior representando, concomitantemente, o aprimoramento de sua auto-estima, autonomia e competitividade, características dos ideais do liberalismo e que são consonantes com o universalismo, reforçam uma tendência à rejeição dos ideais multiculturalistas, construídos na contramão do primeiro. Em terceiro lugar, a noção de que ser brasileiro é ser miscigenado e, conseqüentemente, concordar com ações afirmativas para negros ofende brutalmente essa construção presente no imaginário de grande parte da população nacional e internacional.

Minha pesquisa está analisando: de que forma os sujeitos se classificam em termos de cor/raça? Quais são os elementos constitutivos dessa classificação? Quais seus antecedentes e conseqüências? Houve mudanças durante sua trajetória de vida? Por quê? Quais os sentimentos e opiniões acerca das ações afirmativas para negros nas universidades? E, finalmente, de que forma articula-se a autoclassificação de cor/raça e a opinião em relação às chamadas cotas raciais? Alguns conceitos são cruciais para esta investigação como, por exemplo, a noção de identidade, a questão da classificação racial, o conceito de nação e a oposição entre

o paradigma redistributivo e as políticas de reconhecimento, ou seja, o liberalismo e o multiculturalismo.

Referências:

CANDAU, V. M.. *Universidade e diversidade cultural: alguns desafios a partir da experiência da PUC-Rio*. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org). *Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil- Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Desiderata, 2004, p. 87-108.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura Social*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. 5ed.* Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CONTINS, Marcia. *Estratégia de combate à discriminação racial no contexto da educação universitária no Rio de Janeiro*. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org). *Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil- Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Desiderata, 2004, p. 109-148.

FRASER, Nancy. *Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea*. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro, nº 1, p. 7-32, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

Manifesto: cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais. *Época*, edição n. 519, 1 de maio de 2008. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG83466-6014,00.html>.

Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas: 120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil. Brasília, p. 1-25, 13 maio 2008. Disponível em: <[HTTP://pvnc.site.uol.com.br/manifesto13maio2008STF.pdf](http://pvnc.site.uol.com.br/manifesto13maio2008STF.pdf)>. Acessado em 10 de junho de 2009.

PENHA-LOPES, Vânia. *Cotas universitárias e identidade racial: o caso dos primeiros cotistas da UERJ*. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n.9) (dezembro 2007) Rio de Janeiro/Niterói – EdUFF: Quartet, 2007, p. 127-155.

SANTOS, D. R. dos.. Cotas: atos de exclusão substituídos por atos de inclusão? In: PAIVA, Angela Randolpho (Org). *Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Desiderata, 2004, p.175-186.